

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE
ENSINO OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB**

**Alphadio Stephanus Souleymane Huisman
RA: 19000706**

Ana Cláudia Procopio de Souza RA: 20000654

**Jhonatan Brayn Bernardes Barbosa RA:
20000956**

Luis Fernando Soares RA: 20000048

Luiza Bittar Luciano Roviolo RA: 20001830

Miguel Alves Ribeiro RA: 20001139

Milena Carolina Pereira RA: 20000581

**Projeto Integrado Módulo 06
Inclusão e Diversidade Escolar**

São João da Boa Vista/SP

2022

RESUMO

Palavras-chave: inclusão, diversidade, educação, escola, sociedade.

I. INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão e sua definição, muitas vezes pode ser interpretado superficialmente como sendo apenas um ato de interação entre qualquer pessoa, interpretação essa que faz com que esse tema se torne pauta de várias discussões sobre a existência de uma inclusão na sociedade atual ou não, palavra essa que tem por objetivo incluir todas as pessoas em um determinado ambiente, usando de equidade para todos, onde é previsto até modificações no ambiente, para garantir um sistema educacional inclusivo sem discriminação (Decreto nº 7.611, 2011).

Outro tema que está relacionado com o citado acima, é a diversidade, que pode ser entendida como algo variado, diferente (ABRAMOWICZ, 2006). A relação entre o tema de inclusão e diversidade, pode ser estabelecida visando que onde há inclusão, há diversidade e diferenças, logo, a existência de uma sociedade inclusiva e uma educação inclusiva, faz com que a diversidade de todos seja respeitada, de forma com que as pessoas sintam-se confortáveis em seu âmbito social.

A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), teve como objetivo ajudar na promoção de uma educação

inclusiva, visando o direito de todos aos processos educacionais, onde também traz orientações, ações e possibilidades que podem ser aplicadas pelo governo, ou organizações não governamentais, para que ocorra de fato essa inclusão. A partir dessa declaração, os temas de inclusão e diversidade ganharam ainda mais visibilidade e aprofundamentos. Outra informação de suma importância, é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que foi apresentada em 2008, com o intuito de garantir a inclusão escolar de pessoas com deficiência, seja física ou intelectual (FERREIRA; SOUZA, 2020).

Tendo em vista as definições acima, um exemplo a ser citado é a própria definição de Educação Especial do Ministério da Educação:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001, p.39).

À vista disso a educação escolar possibilita aos alunos com deficiência ou especificidade, partilhar do mesmo espaço social educacional que os demais, estimulando a aprendizagem. Como também, aos demais alunos, ocorre uma experiência de troca, uma educação acerca da diversidade e empatia com ela, fazendo da educação inclusiva, algo benéfico para todos.

Com base em dados sobre inclusão e diversidade, alinhado ao campo da psicologia, especificamente a Psicologia da Educação, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Jurídica e Processos e Intervenções Grupais, o presente artigo tem como objetivo propor maneiras de implantar uma inclusão nas unidades onde é possível que ocorra processos educativos, com foco em escolas. Onde o foco principal será no mediador dos processos educativos, dessa forma, juntar dados e informações em um endereço web, para que as pessoas possam consultar quando necessário, ou quando quiserem informações a respeito da diversidade e inclusão, bem como sua importância e seu contexto, para ajudar na mediação entre a pessoa e o ambiente.

II. JUSTIFICATIVA

Nota-se uma consciência da limitação vinda da parte acadêmica, que restringe a conscientização e a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. A inclusão não aprimorada nas escolas não constrói uma comunidade inclusiva ou preparada para inserção adequada, pelo contrário, isso apenas cria um ambiente capacitista e limitado por falta de informações. Qualquer indivíduo que tem suas oportunidades prejudicadas, por consequência tem sua potencialidade dificultada por conta da má gestão da diversidade em conjunto com a falha inclusão no ambiente escolar. (MACIEL, ANACHE, 2015.)

A má gestão de diversidade em conjunto com a falha inclusão no ambiente escolar resultam no que acreditamos ser um dos motivos é justamente isso que acreditamos que

esteja acontecendo com as pessoas que possuem alguma deficiência. Levando como exemplo o físico Stephen Hawking (1942-2018), pensamos em como pessoas que possuem uma deficiência deveriam ter os mesmos direitos e incentivos acadêmicos que pessoas sem deficiência, a exclusão e a desinformação levam a sociedade a perder membros importantes academicamente e socialmente.

Os estudos que mais se aproximavam do ramo da psicologia, envolvendo crimes, violência, ou qualquer outra forma de ação ou pensamento considerado ilegal, só foram aparecendo por volta do século XIX, entretanto, somente focado mais em crimes “grandiosos”, com uma possível descoberta dos motivos de certos atos e com objetivo de identificar possíveis criminosos. A partir desse contexto, bastante casos e estudos foram aprofundados, a fim dessa mesma identificação, apesar de algumas teorias acabaram generalizando muito a forma de vida ou a aparência da pessoa, um bom exemplo é a teoria de Lombroso, onde acaba por uma falha ao considerar aspectos físicos e biológicos como distinção de um ser humano “normal” e um “delinquente”. (LEAL, 2008)

Tendo essa vista, deram-se início ao desenvolvimento da Psicologia Jurídica, que é uma área da psicologia com foco e interagindo com o Direito, relacionados aos sistemas de justiça, com tentativas de analisar o comportamento e os fatores de risco que levam à execução de certos atos, bem como estudar também os fatores de proteção à esses atos. Pode-se incluir nessa área o estudo e conhecimento das leis, do ambiente em que o indivíduo vive (escola, casa, trabalho), como também

os aspectos biológicos do indivíduo, a fim de evitar comportamentos considerados criminosos. (FRANÇA, 2004)

A partir dessa contextualização, os temas de inclusão e diversidade, são de grande importância atualmente, que podem ser estudados pela psicologia jurídica, para visar uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, visto que a inclusão está constituída em lei, a Lei N° 13.146, Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é destinada a promover a igualdade, direitos e qualidade de vida à todos os cidadãos. Dessa forma, o psicólogo jurídico pode assegurar-se dessa lei, tentando analisar em devidos casos, o uso e promoção da mesma. Também assegurar-se de estudar os casos onde essa lei não é tão bem executada. (COSTA FILHO, ARAÚJO, 2015)

Além disso, o Brasil é um país com muita diversidade, seja por culturas, classes sociais e econômicas, religiões, aspectos físicos e psicológicos, entre outros fatores de diversidade. Logo, os cidadãos necessitam de uma consciência dessa diversidade existente, para que o direito de todos seja garantido, dessa forma, o psicólogo jurídico pode atuar com os fatores de risco e proteção que gera um preconceito com as pessoas que são consideradas “diferentes” das outras, visto que muitos atos de violência são cometidos no país, principalmente relacionados à divergência de cultura e de modo de vida.

Para trabalhar-se com diversidades e inclusão dentro das empresas, de acordo com a Psicologia

Organizacional e do Trabalho, primeiramente deve-se estudar e olhar com atenção o quadro de funcionários que há na empresa, podendo fazer um estudo de clima organizacional para analisar se algum funcionário possui o sentimento de exclusão em grupos no ambiente empresarial. Posteriormente deve-se analisar como é realizado a seleção e recrutamento de funcionários, o preconceito inconsciente também pode atrapalhar na contratação de novos membros que se enquadram nesta diversidade, uma boa alternativa para solucionar estes problemas é usar um *software* de recrutamento, deste modo ele identificaria aqueles que são qualificados para a vaga sem levar em consideração qualquer fator de prejulgamento. (NISIYAMA, 2022)

Haja vista que não basta apenas promover processos de recrutamento aprimorados e variados. Além de toda a importância empática de trabalhar a diversidade e inclusão nas empresas, ela também serve como estratégia que pode representar um grande diferencial competitivo no mercado de trabalho.

Isso porque ela eleva o capital humano da organização, disponibilizando uma série de pontos de vista para construir soluções inovadoras. Frisando no impacto positivo para a imagem da companhia, que passa a ser vista como comprometida com a responsabilidade social, não apenas com os lucros, quando atua de forma genuína e efetiva com relação ao tema, abordando também a inclusão. (NISIYAMA, 2022)

O acolhimento à diversidade deve vir de ambas as partes, tanto da empresa quanto dos colaboradores,

conciliando os valores da empresa com o comportamento dos trabalhadores. Para realizar esse serviço, é necessário reforçar a comunicação interna na organização, valorizando o respeito às diferenças e se necessário promover treinamentos de conscientização. Juntamente com este trabalho de comunicação é importante reforçar também o acolhimento entre eles, essa iniciativa deve partir da organização.

No âmbito escolar percebe-se a presença de várias patologias que lhes dão dificuldades de aprendizado com o modelo atual, como por exemplo o deficiente visual / auditivo, pessoas com transtornos (como o espectro autista), hiperativos ou deficiência cognitiva. Quando analisado todo o modelo atual, pode-se mudar alguns fatores para melhorar a eficiência e o desempenho da aprendizagem nas escolas. Trabalhar não somente a memória cognitiva dos alunos, mas também a resolução de problemas, lógica, empatia, sociabilidade, talentos e interesses. (MATOS, MATOS, 2018)

A inclusão dos alunos deve ser vista de maneira individual, tendo consciência que cada pessoa tem sua maneira de aprendizado (material em braile para deficientes visuais e capacitação de libras para deficientes auditivos, auxiliares para pessoas portadoras de transtornos como é visto por lei e um novo entendimento sobre notas), pois percebe-se que é muito frequente a exclusão de alunos que não atendem às expectativas acadêmicas.

A psicologia da aprendizagem é fundamental nesse quesito para a capacitação dos professores em todos

esses sentidos, lhes mostrando uma percepção de muitos detalhes que antes não viam e um modo mais coerente de aprendizado para os alunos. O desafio principal de inclusão vai além de se aprender a lidar com indivíduos portadores de alguma deficiência, alcançando também todos aqueles que são parte do seu cotidiano, como os pais, professores e colegas. (MATOS, MATOS, 2018)

É notório que o processo de diagnóstico, intervenção psicopedagógica e tratamento, deve ser feito por uma equipe interdisciplinar, com médicos, psicólogos e psicopedagogos, destacando-se a atuação deste último, pois é ele quem vai avaliar a intensidade e a forma pela qual o desempenho escolar está sendo afetado, as principais dificuldades de aprendizagem, bem como os aspectos emocionais, afetivos e cognitivos envolvidos.

III. OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o método contemporâneo de ensino escolar e seu atual modelo para notar de perto as problemáticas com a inclusão e diversidade dentro do âmbito escolar.

A diversidade e inclusão tem como objetivo assegurar o acesso e participação na aprendizagem política, social e empresarial de todos os indivíduos. Visto que analisamos inúmeras dificuldades física e cognitiva, apresentamos estes problemas ao leitor como forma de conscientização e reflexão sobre a dificuldade de gerar igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam a sociedade. (FREITAS, 2008.)

Dentro dessa realidade, as informações serão levadas ao âmbito acadêmico para gerar uma possível mudança no entendimento e conseqüentemente no ensino; pensando melhor sobre a capacitação de professores e auxiliares; estimulando aprendizagem colaborativa; fortalecendo o vínculo pais, professores e aluno; tempo de aprendizagem de cada um seja respeitado e a de modo que toda a instituição esteja preparada para enfrentar situações inesperadas. (MOREIRA, 2002.)

IV. METODOLOGIA

Através da junção de artigos acadêmicos realizados, foi proposta a criação de um site para compor estratégias, histórias, compilados, bem como demais informações acerca de diversidade e inclusão, para que forme-se um material de uso a fim de cooperar positivamente com as questões trabalhadas no artigo.

Estudos e informações a respeito de diversidade e inclusão, são propostas e colocadas em prática no site, para que qualquer profissional ou até mesmo aluno, possa conhecer mais a respeito desse tema e saber lidar com ele. O site foi alimentado com o que foi dito acima, para que tenha um foco em transmitir conhecimento para todas as pessoas e a forma como vão agir através de determinadas situações, onde esse tema pode ser discutido.

V. RESULTADOS ESPERADOS

Com esse trabalho ficou nítido que no mundo atual vivemos uma realidade onde crianças portadoras de

deficiência são, na maioria das vezes, excluídas da sala de aula, da aprendizagem como os outros alunos, que resulta em uma dificuldade de desenvolvimento dessas crianças, seja na escola ou na sociedade.

Com isso, espera-se intervir com êxito através do compartilhamento de informações, para com a sociedade e instituições em geral, sobre a inclusão e diversidade de alunos portadores de deficiência física ou cognitiva no âmbito escolar, mostrando a importância da inclusão no desenvolvimento.

Levando instituições e professores ao planejamento do compartilhamento de informações e da aprendizagem tornando o aprendizado acessível para todos, respeitando o direito ao estudo que todo cidadão possui, para que assim as diferenças sejam valorizadas no meio escolar, como vantagem na interação e aprendizado com todos os tipos de pessoas.

VI. REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAUJO, L. A. D.; COSTA FILHO, W. M. da. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência-EPCD (Lei 13.146, de 06.07. 2015): algumas novidades**. Revista dos Tribunais, v. 962, n. 2015, p. 65-80, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

CARDOSO, T. M. L. et al. **As tecnologias educacionais em rede à luz dos quatro pilares da educação: uma utopia global?** Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas, 24-36. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994, Salamanca-Espanha.

DECRETO nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. (2011, 17 de novembro). **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República. Recuperado: 26 dez. 2016. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>

FERREIRA, A. C.; SOUZA, V. L. T de. **Significações de alunos de inclusão e de seus professores sobre as relações que estabelecem na escola.** XXV Encontro de Iniciação Científica Puc-Campinas. Campinas, 2020.

FIA. **Responsabilidade Social: o que é, importância e exemplos.** Elaborada por FIA. 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/responsabilidade-social/amp/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FRANÇA, F. **Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil.** *Psicologia: Teoria e prática.* v. 6, n. 1, p. 73-80, 2004.

FREITAS, S. N. **Considerações acerca da produção de artigos científicos em educação especial: uma análise da Revista Educação Especial CE/UFMS.** In: MENDES, E. A.; ALMEIDA, M. A.; HAYASHI, M. C. P. (Org.). **Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática.** Araraquara, S.P: Junqueira Martins, 2008.

LEAL, L. M. **Psicologia jurídica: história, ramificações e áreas de atuação.** *Diversa*, ano I, n. 2, p. 171-185, 2008.

MACIEL, C. E. e ANACHE, A. A. **A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras.** Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 798-814. . *Educar em Revista* [online]. 2017, n. spe.3 , pp. 71-86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.52924>>. ISSN 0104-4060. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.52924>. Acesso em 20 Novembro 2022

MATOS, D. C. de.; MATOS, P. G. S. de. **Intervenções em psicologia para inclusão escolar de crianças autistas: estudo de caso.** *Revista Espaço Acadêmico*, 18 (211), 21-31. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/44949>

MEC. Ministério da Educação (2016). **A consolidação da inclusão escolar no Brasil de 2003 a 2016.** Brasília: MEC.

MOREIRA, A. F. B. **A formação de professores e o aluno das camadas populares: subsídio para debate.** In: ALVES, Nilda (Org.). Formação de professores. Questões da nossa época. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NISYAMA, M. **Diversidade e Inclusão: entenda a diferença e como promover nas empresas.** 2022. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/diversidade-e-inclusao-nas-empresas/amp/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

STROH, J. B. **TDH - diagnóstico psicopedagógico e suas intervenções através da Psicopedagogia e da Arteterapia.** Constr. psicopedag. São Paulo , v. 18, n. 17, p. 83-105, dez. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542010000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 nov. 2022.